

APRESENTAÇÃO

A Internacionalização na Educação como campo nos Estudos Linguísticos: os direitos linguísticos e a justiça social em cena



OPEN ACCESS

COMO CITAR

Souza, M. M. M. F.; Chagas, L. A.; Wexell-Machado, L. E. (2026). A internacionalização na A internacionalização na Educação como campo nos Estudos Linguísticos: os direitos linguísticos e a justiça social em cena. *Revista da Abralín*, v. 24, n. 2, p. 1-12, 2025.

Marina Mello de Menezes Felix de Souza

Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB)

Lucas Araujo Chagas

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

Luis Eduardo Wexell-Machado

Universidade Nacional de Assunção (UNA)

Introdução

A proposta deste dossiê temático parte da compreensão de que a Internacionalização na Educação se constitui como um campo de investigação frutífero para os Estudos Linguísticos, e as suas diferentes áreas de pesquisa. A relevância da temática para as ciências da linguagem se deve ao fato de que os movimentos de internacionalização abarcam ações glotopolíticas, práticas de mediação intercultural e discursos que, por vezes, naturalizam condições desiguais de participação em espaços educacionais, científicos e sociais. Nesse sentido, como pesquisadores da área, evidenciamos que não se trata de deslocar artificialmente uma pauta educacional ou institucional para o campo dos Estudos Linguísticos, mas de reconhecer que os movimentos e processos de internacionalização são constituídos por práticas discursivas, escolhas linguísticas, políticas de formação, políticas de ensino e de aprendizagem, políticas linguísticas, repertórios sociais e lutas por reconhecimento.

Assim, ao assumir esse recorte neste dossiê, posicionamo-nos em favor da compreensão da Internacionalização na Educação como um dos campos de investigação das ciências da linguagem. Reconhecemos, desse modo, suas potencialidades para os Estudos Linguísticos e buscamos

contribuir para o fortalecimento de uma agenda de pesquisa que, embora venha ganhando espaço nas últimas décadas, ainda demanda maior reconhecimento pelos nossos pares e a ampliação e projeção de seus múltiplos objetos de estudo.

Essa abordagem torna-se especialmente necessária tendo em vista que a internacionalização ainda é idealizada por muitos como mobilidade, produção de indicadores institucionais de visibilidade, cooperação entre pares e projeção internacional. Embora esses elementos sejam relevantes, eles não esgotam a complexidade do fenômeno em si. Pensada a partir dos Estudos Linguísticos, a Internacionalização na Educação, tanto Básica quanto Superior, exige atenção às línguas que circulam nos espaços institucionais e suas práticas de ensino e aprendizagem, aos repertórios e saberes reconhecidos ou silenciados, às políticas linguísticas, às condições concretas de participação dos envolvidos nos processos educacionais, às dimensões políticas, culturais e econômicas das pessoas que frequentam as instituições de ensino e aos aspectos subjetivos e sociais que interpelam os sujeitos envolvidos nos processos pré-estabelecidos.

Sob esse ângulo, os direitos linguísticos e a justiça social não aparecem como temas acessórios, mas como dimensões constitutivas do debate. Entendemos que a Internacionalização na Educação pode ampliar possibilidades de formação, cooperação e intercâmbio científico, mas também pode reproduzir assimetrias quando naturaliza vias privilegiadas de acesso ao conhecimento, desconsidera repertórios plurais ou transforma a diversidade linguística em marca institucional sem problematizar os efeitos concretos dessas escolhas sobre os repertórios sociais e subjetivos dos atores interpelados por ela. Por isso, discutir Internacionalização na Educação no campo dos Estudos Linguísticos implica interrogar quem participa, em que línguas participa, em quais condições de reconhecimento participa, a partir de quais lugares institucionais, sociais e epistêmicos participa e de que forma as subjetividades dos participantes são interpeladas pela sua entrada nas ações promovidas.

O dossiê *A Internacionalização na Educação como campo nos Estudos Linguísticos: os direitos linguísticos e a justiça social em cena* reúne pesquisas desenvolvidas por estudiosos brasileiros vinculados às ciências da linguagem com o propósito de ampliar o diálogo sobre essas questões e intensificar o reconhecimento do campo como território inter/multi/transdisciplinar de estudos. Para tal, esta apresentação organiza, um percurso de leitura que problematiza as interseções entre Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação, discute a aproximação entre internacionalização, políticas linguísticas e direitos linguísticos e, por fim, apresenta os artigos reunidos neste volume da Revista da ABRALIN. Em conjunto, tais contribuições permitem pensar a Internacionalização na Educação como prática social atravessada por afetações subjetivas e culturais e por disputas linguísticas, políticas, econômicas, sociais, institucionais e epistêmicas.

1. Interseções entre Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação

Pensar a Internacionalização na Educação a partir dos Estudos Linguísticos implica deslocá-la de uma compreensão restrita às estratégias institucionais, à mobilidade acadêmica, aos acordos de cooperação ou à inserção em circuitos internacionais de prestígio (Albuquerque-Costa; Souza, 2024). Embora tais dimensões sejam relevantes, elas não esgotam a complexidade do fenômeno e dos movimentos culturais e políticos potencializados por ele. Como observa Knight (2004), a internacionalização é um termo mobilizado de diferentes modos por sujeitos e instituições, o que favorece sua expansão, mas também sua imprecisão. Essa imprecisão exige atenção crítica, pois uma agenda contemporânea de direitos e justiça social não pode limitar-se a perguntar quais ações são nomeadas como internacionais, mas, interrogar também que concepções de língua, conhecimento, universidade, escola e sujeito são produzidas, legitimadas ou reforçadas por essas ações.

É justamente por essa razão que a Internacionalização na Educação não pode ser reduzida a processos, produtos e mecanismos de gestão institucional (Knight, 2004; Hudzik, 2015; De Wit, 2019). Embora importante, essa leitura não abrange a sua complexidade e muitas vezes limita a sua compreensão e transversalidade nos contextos educacionais. Ao situar as questões de linguagem no centro do debate, torna-se possível compreendê-la como um movimento cultural e político amplo interpelado por práticas sociais que mobilizam escolhas linguísticas, políticas de formação, discursos institucionais, mediações interculturais, relações de poder e afetações subjetivas. Desse modo, os estudos que articulam linguagem e internacionalização contribuem para deslocar o debate de uma lógica predominantemente gerencial para uma perspectiva mais atenta às relações humanas, sociais e simbólicas que atravessam os processos educacionais e as comunidades que se beneficiam deles. Assim, a Internacionalização na Educação pode ser compreendida como uma práxis social e como um movimento cultural e político multidimensional, permeado por impasses, conflitos, tensões, mediações, incertezas, congregações e dispersões.

Ao caracterizá-la como práxis social, Rocha e Maciel (2018, p. 137) destacam que esses movimentos envolvem “um contínuo processo de viver e se reconstruir em meio a espaços aporéticos”, no qual a dúvida, a incerteza e a instabilidade levam a deslocamentos de ideias, dizeres e fazeres. Logo, falar de Internacionalização na Educação não é percebê-la como uma forma de regime ou como uma essência fixa, mas como um conjunto de inter-relações que organiza modos de convivência, produção de sentidos e participação social.

Abordá-la como movimento implica considerar as formas de convivência entre sujeitos, línguas, culturas e instituições. Nessa perspectiva, a linguagem não aparece como dimensão acessória, mas como elemento constitutivo das relações que sustentam a Internacionalização na Educação (Chagas, 2021). Nela, políticas, documentos institucionais, práticas de ensino, mediações interculturais, os recursos humanos, os currículos e escolhas sobre línguas não apenas orientam e organizam ações, mas também produzem sentidos, legitimam repertórios, definem condições de participação e

reconhecimento, delineiam práticas científicas e consolidam crenças sobre quais línguas, sujeitos e saberes devem ser mais valorizados (Silva, 2020; Amorim, 2020; Guimarães, 2021; Pereira, 2024; Silva, 2024; Gimenez et al, 2024; Rosa; Da Silva; Kurtz, 2025; França; Ortega; Prado, 2025).

Em perspectiva convergente, no âmbito dos Estudos Linguísticos, a Internacionalização na Educação deve ser vista como um movimento cultural e político capaz de favorecer articulações entre os diferentes contextos educacionais brasileiros e de contribuir para a promoção da democracia e da emancipação social por meio da educação (Santos et al., 2024). Gomes e Santos (2023, p. 17), acrescentam que a Internacionalização na Educação deve ser concebida como um

movimento articulado pelas comunidades acadêmicas e não-acadêmicas que busca promover o compartilhamento de ideias, de culturas, de práticas inovadoras e de responsabilidades sociais, que se manifestam de forma transversal nos diferentes setores de ensino, pesquisa, extensão e gestão das instituições de educação. Este movimento envolve a solidariedade e a colaboração entre os parceiros nacionais e internacionais de forma a permitir um posicionamento decolonial e crítico, reposicionando as demandas locais diante da necessidade de inserção em um contexto internacional. (Gomes e Santos, 2023, p. 17)

Essa compreensão interessa diretamente aos propósitos deste dossiê, pois desloca a Internacionalização na Educação de uma lógica restrita à inserção institucional em circuitos internacionais e a situa no campo das responsabilidades sociais, da colaboração e da articulação entre demandas locais e relações internacionais. Ao enfatizarem o compartilhamento de ideias, culturas, práticas e responsabilidades, Santos et al. (2024) e Gomes e Santos (2023) contribuem para uma leitura da internacionalização como movimento socialmente situado, atravessado por sujeitos, instituições, línguas, territórios e relações de poder.

Essa leitura dialoga com Chagas (2025), para quem a Internacionalização na Educação envolve “dimensões raciais, sociais, ecológicas, econômicas, decoloniais, de gênero, de poder, de identidade e tantas outras mais” que se presentificam nas relações do Brasil com diferentes nações, povos e regimes políticos. Segundo o autor, os pressupostos mobilizados para internacionalizar a educação “afetam diretamente a vida, a cultura e as concepções de se relacionar com o mundo dos indivíduos que convivem” na escola, na universidade, nos cursos livres e na sociedade (Chagas, 2025, p. 3). Tais relações interessam diretamente aos Estudos Linguísticos, pois, se materializam na e pela linguagem. Isso significa que elas podem ser observadas nas interações que se dão pelas línguas que são predominantes ou são silenciadas, nos discursos que legitimam determinados saberes, nas políticas que organizam a participação acadêmica e a vida estudantil e nas práticas de mediação intercultural que tornam possível, ou limitam, o encontro entre sujeitos, culturas e conhecimentos.

Nesse cenário, por ser um objeto passível de ser investigado por diferentes áreas das ciências da linguagem, especialmente no que se refere à compreensão dos desdobramentos linguísticos, simbólicos, institucionais, educacionais e sociais, produzir pesquisas a partir das práticas de Internacionalização na Educação amplia o espaço que os linguistas possuem no âmbito dessas discussões. A proposição de Lagares (2018) torna-se pertinente nesse debate ao destacar as implicações sociais e políticas do trabalho do linguista. Ao discuti-las, o autor lembra que esse trabalho,

como o de qualquer outro especialista de ciências humanas, também tem efeitos sociais, muitas vezes não previstos por ele [...]. Os efeitos políticos de suas pesquisas existem mesmo à sua revelia, na medida em que elas contribuem para consolidar determinada cultura linguística e pode cancelar posições de poder e autoridade em relação às línguas” (Lagares, 2018, p. 16-18).

Essa observação permite compreender que investigar a Internacionalização na Educação a partir dos Estudos Linguísticos implica, também, reconhecer a responsabilidade das pesquisas linguísticas na legitimação, na contestação ou na transformação dos modos de valorar línguas, sujeitos, saberes, práxis e formas de pesquisar, aprender, ensinar, interagir e conviver a partir das línguas e com as línguas e seus repertórios simbólicos. Desse modo, os estudos sobre linguagem não apenas descrevem práticas educacionais internacionalizadas, mas contribuem para evidenciar desigualdades, questionar hierarquias e ampliar as condições de reconhecimento nos espaços educacionais.

2. Da Internacionalização na Educação aos direitos linguísticos: políticas linguísticas e justiça social

Como se discutiu na seção anterior, os movimentos de Internacionalização na Educação carregam, ainda que implicitamente, formas de selecionar, valorar, induzir e gerir línguas, sujeitos e saberes. Essa compreensão dialoga com Spolsky (2016), para quem as políticas linguísticas se constituem por três componentes interligados, embora relativamente independentes, sendo elas as práticas linguísticas, as crenças ou ideologias sobre a linguagem e a gestão linguística. Para o autor, as práticas correspondem às escolhas e aos comportamentos observáveis dos sujeitos; as crenças dizem respeito aos valores atribuídos às línguas, variedades e usos linguísticos; e a gestão linguística refere-se aos esforços explícitos de intervenção sobre práticas e crenças (Spolsky, 2016).

Tomados como chave de leitura para a Internacionalização na Educação, esses três componentes permitem observar que os processos de internacionalização não se organizam apenas por decisões administrativas ou acordos institucionais. As práticas linguísticas aparecem nos currículos, escolha das línguas a serem mobilizadas nas aulas, editais, documentos, programas de mobilidade, ações de acolhimento, publicações e interações acadêmicas. As crenças e ideologias manifestam-se nos valores atribuídos a determinadas línguas, variedades e repertórios, especialmente quando algumas passam a ser associadas ao prestígio acadêmico, à excelência científica ou à inserção internacional. Já a gestão linguística pode ser percebida nas formas pelas quais as instituições definem políticas de formação, exigências de proficiência, oferta de cursos, escolhas de línguas de publicação, tradução, mediação intercultural e apoio linguístico. Desse modo, a Internacionalização na Educação envolve políticas linguísticas mesmo quando estas não são formuladas explicitamente como tal.

A partir desse enquadramento, as ações de mobilidade acadêmica, as parcerias institucionais, o debate sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o uso de línguas adicionais e a demarcação de línguas de instrução nos espaços educacionais não são, em si mesmos, problemáticos. Ao contrário, podem ampliar repertórios, favorecer cooperações e criar condições para a circulação

de sujeitos e saberes entre as diferentes nações e instituições de ensino. O ponto crítico emerge, entretanto, quando essas escolhas linguísticas passam a funcionar como indicadores autossuficientes de Internacionalização na Educação, sem que se interroguem as práticas, as crenças e as formas de gestão linguística que as sustentam. Quando uma instituição promove determinadas línguas e práticas linguageiras e interculturais em detrimento de outras, privilegia certas parcerias, define quais produções terão maior circulação ou estabelece quais repertórios são considerados mais adequados à participação acadêmica e estudantil internacional, ela organiza fluxos institucionais, mas, também, hierarquiza línguas, sujeitos, saberes, práticas educacionais e formas de reconhecimento.

Essa problematização aproxima, portanto, a Internacionalização na Educação do campo dos direitos linguísticos. A contribuição dos Estudos Linguísticos para pensarmos o movimento permite evidenciar que a participação e interação acadêmica e estudantil resultante da internacionalização depende de condições linguísticas concretas como o acesso à formação, o apoio à aprendizagem de línguas, o reconhecimento de repertórios plurais e plurilinguísticos nas universidades e escolas, a mediação intercultural, a circulação de produções em diferentes línguas, a valorização de sujeitos historicamente minorizados e a consciência de que as comunidades escolares e universitárias interagem com os múltiplos grupos sociais que ocupam os territórios em que estão situadas configurando os saberes plurilinguísticos como parte dos recursos de exercício da cidadania. Assim, se o acesso à formação educacional, à cooperação acadêmica e escolar em rede, à mobilidade, às práticas de interculturalidade, à produção científica e à circulação local e internacional de saberes depende de tais condições, a ausência delas produz desigualdades simultaneamente institucionais, educacionais, políticas, sociais e linguísticas

Hamel (1995), ao tratar do campo dos direitos linguísticos, ressalta que ele se situa na articulação entre dois domínios, o da linguagem e o dos direitos humanos. A partir dessa perspectiva, analisar a Internacionalização na Educação em uma perspectiva de linguagem não significa acrescentar um tema lateral ao debate educacional, mas reconhecer que o acesso ao conhecimento, à formação, à cooperação e à participação nos espaços escolares e acadêmicos é sempre mediado por línguas e discursos capazes de legitimar ou deslegitimar sujeitos, práticas e saberes. A Internacionalização na Educação, portanto, também pode produzir exclusões quando naturaliza determinadas línguas como únicas vias legítimas de circulação acadêmica ou quando transforma a diversidade linguística em marca decorativa, sem efeitos concretos sobre as condições de participação.

Ao discutir os marcos contemporâneos do direito linguístico no Brasil, Abreu (2025, p. 9) afirma que esse campo tem como uma de suas bases constitutivas a busca por uma “justiça social linguística que garanta dignidade e equidade redistributiva, de reconhecimento e de representação”. Essa formulação permite aproximar direitos linguísticos e Internacionalização na Educação sem reduzir a discussão a uma defesa genérica da diversidade. Trata-se, antes, de perguntar quem tem condições de participar dos processos de internacionalização, em que línguas essa participação ocorre, quais repertórios são reconhecidos como legítimos e quais sujeitos permanecem à margem dos circuitos de prestígio acadêmico. Trata-se, também, de reconhecer as línguas como um elemento inerente as práticas e movimentos culturais e políticos de Internacionalização na Educação, pois sem elas não é

possível interagir e vivenciar a experiência de interculturalidade e intercompreensão que as práticas educacionais e de colaboração em rede demandam.

Por esse viés, a Internacionalização na Educação, quando pensada a partir dos Estudos Linguísticos, precisa ser analisada não apenas pela mobilidade acadêmica ou pela circulação internacional de conhecimentos, mas também pelas condições de acesso, permanência, reconhecimento, representação e participação de grupos linguisticamente minorizados. Cabe pontuar que, o acesso sem permanência pode produzir inclusão apenas aparente; a permanência sem reconhecimento pode manter sujeitos e repertórios em posições subalternizadas; e o reconhecimento sem participação pode converter a diversidade em retórica institucional sem efeitos concretos (Souza, Silva e Silva, 2025). Essas questões evidenciam a centralidade da linguagem nos movimentos de Internacionalização na Educação e reforçam a necessidade de pensar os direitos linguísticos como parte constitutiva desse debate. Trata-se de compreender que a participação em processos educacionais internacionalizados depende não apenas da existência de oportunidades institucionais, mas também das condições linguísticas, políticas e epistêmicas que permitem aos sujeitos acessar, permanecer, ser reconhecidos e participar efetivamente desses espaços.

Com base nesse horizonte, propusemos o presente dossiê como parte de um esforço coletivo para compreender a Internacionalização na Educação para além da ideia de abertura ao mundo e da globalidade. Em conjunto, os textos aqui reunidos permitem pensá-la como campo de disputas por formas mais justas, plurais e democráticas de produzir, ensinar, aprender e compartilhar conhecimentos.

3. A construção do dossiê

Os textos reunidos neste dossiê, em conjunto, permitem compreender a Internacionalização na Educação como um campo atravessado por disputas linguísticas, políticas, epistêmicas e institucionais. Assim, mais do que considerá-la como sinônimo de mobilidade, processo institucional, mecanismo de gestão, cooperação formal ou adesão a métricas globais de educação, os artigos aqui apresentados a examinam como prática social situada, marcada por tensões entre ampliação de possibilidades e produção de assimetrias, colaboração e hierarquização, reconhecimento e silenciamento. Nesse sentido, o dossiê se organiza em torno de três partes complementares. A primeira problematiza a Internacionalização na Educação a partir de fundamentos críticos e de um horizonte ético-político; a segunda abrange a análise de dispositivos, estratégias e formas de governança que materializam a Internacionalização na Educação nas instituições; e a terceira refere-se à observação de políticas e práticas de Internacionalização na Educação em contextos educacionais diversos, nos quais línguas, sujeitos e territórios adquirem centralidade.

A primeira parte reúne contribuições que interrogam os fundamentos da Internacionalização na Educação e situam a linguagem no centro de uma agenda contemporânea de direitos e justiça social. Nela, o artigo de Leonardo Alves e Cristine Görski Severo, intitulado “Internacionalização do Ensino Superior brasileiro e a construção linguística do comum educativo”, abre o dossiê ao propor uma

leitura glotopolítica da Internacionalização na Educação Superior no Brasil. Ao discutir rankings, mobilidade acadêmica, hegemonia do Inglês e assimetrias entre Norte e Sul, o texto desloca a Internacionalização na Educação de uma perspectiva celebratória para uma análise de seus efeitos linguísticos e epistêmicos. A noção de comum educativo funciona, nesse quadro, como horizonte crítico para pensar formas de circulação do conhecimento que não se sustentem no apagamento de línguas, sujeitos e epistemologias locais.

Em diálogo com essa crítica, Barbara Cortat Simoneli e Kyria Rebeca Finardi, em “Educação para a cidadania global e internacionalização: uma revisão narrativa focando em discursos, ideologias e disputas hegemônicas”, examinam a Educação para a Cidadania Global como espaço de disputa discursiva. O artigo mostra que a cidadania global pode tanto reforçar lógicas de competitividade, ranqueamento e empregabilidade quanto sustentar práticas orientadas pela justiça social, pela equidade e por perspectivas decoloniais. Essa ambivalência é decisiva para o dossiê, pois impede qualquer leitura ingênua da Internacionalização na Educação, evidenciando que seus discursos não são neutros e seus efeitos dependem das ideologias que os atravessam e das práticas que os concretizam.

Ainda nessa primeira parte, o artigo de Thiago Ribeiro Rafagnin, Luciana Rita Bellincanta Salvi e Maritânia Salete Salvi Rafagnin, intitulado “A linguagem como prática de liberdade: contribuições de Paulo Freire para a internacionalização da educação na perspectiva dialógica e decolonial”, amplia o debate ao recuperar a centralidade da palavra, da escuta e do diálogo na construção de uma Internacionalização na Educação humanizadora. Ao mobilizar o pensamento freireano, o texto recusa a ideia de internacionalizar como simples transferência de modelos ou adequação a padrões externos. Em seu lugar, propõe um movimento cultural e político compreendido como encontro ético entre sujeitos e saberes, fundado na coautoria, na solidariedade e na pluralidade epistêmica.

Na segunda parte do dossiê, focalizam-se os dispositivos, as estratégias e os desafios institucionais que dão forma concreta à Internacionalização na Educação, especialmente no ensino superior. Nele, o artigo de José Celso Freire Junior, Valeska Virgínia Soares Souza e Cláudia Almeida Rodrigues Murta, “A percepção da inovação em internacionalização em casa em universidades públicas brasileiras”, desloca o olhar da mobilidade física para as práticas de internacionalização em casa. Ao mapear experiências em universidades públicas brasileiras, o texto evita a noção simplificadora de “melhores práticas” e valoriza as “práticas possíveis”, isto é, aquelas que se mostram pertinentes às condições institucionais específicas. Esse deslocamento é importante porque aproxima a Internacionalização na Educação, a inovação e a responsabilidade institucional, sem perder de vista as condições concretas das universidades brasileiras.

Posteriormente, o artigo de Hiago Higor de Lima e de Denise Barros Weiss, “Desafios da internacionalização da educação: o que os agentes das instituições de ensino superior dizem?” contribui para esse mesmo debate dando voz aos agentes de setores de relações internacionais de instituições públicas brasileiras. O texto evidencia que a Internacionalização na Educação não se realiza apenas pela existência de políticas ou setores administrativos, pois depende também da compreensão de seus objetivos pela comunidade acadêmica. A incompreensão do processo, a resistência institucional, a insegurança linguística e a ausência de diretrizes claras aparecem como desafios que

tensionam a construção de uma cultura de internacionalização mais democrática e integrada. Trata-se de uma contribuição relevante por mostrar que as políticas linguísticas e institucionais só ganham efetividade quando são compreendidas, negociadas e apropriadas pelos sujeitos que as vivenciam.

Na mesma direção, Luciana Cabrini Simões Calvo e Kyria Finardi, em “Virtual exchange in the internationalization scenario of Brazilian Higher Education: a review of studies / Intercâmbio virtual no cenário de internacionalização da educação superior brasileira: uma revisão de estudos”, analisam o intercâmbio virtual como possibilidade de ampliação do acesso à internacionalização. A revisão de estudos publicados entre 2013 e 2024 mostra o crescimento e a diversidade dessas iniciativas no ensino superior brasileiro, mas também chama atenção para seus desafios. O intercâmbio virtual, portanto, não aparece como solução automática ou tecnicamente neutra, mas como prática que exige planejamento, suporte institucional, reflexão crítica sobre línguas e atenção às condições de participação dos sujeitos.

A terceira parte deste dossiê reúne artigos que examinam políticas e práticas em contextos educacionais específicos, evidenciando que a Internacionalização na Educação se materializa de formas distintas conforme os territórios, os níveis de ensino, os sujeitos envolvidos e as línguas em circulação. Nela, o artigo de Fabiana de Freitas Batista e Nildicéia Aparecida Rocha, “Ensino de português para estrangeiros nos institutos federais: análise comparativa de cursos do Programa de Português como Língua Adicional em Rede”, insere o ensino de Português como Língua Adicional no debate sobre internacionalização. Ao analisar cursos ofertados em ambiente virtual por instituições federais, o texto articula planejamento linguístico, tecnologia educacional e formação de estrangeiros no Brasil. Sua contribuição está em evidenciar que a internacionalização também passa pela política de ensino da língua portuguesa, pela mediação tecnológica e pela construção de condições de acesso linguístico para sujeitos em mobilidade.

Já o artigo de Caique Fernando da Silva Fistarol, Andreza Cipriani e Marcia Regina Selpa Heinzle, “Educação bilíngue na rede pública municipal de Pomerode/SC: análise de influências e de discursos da política curricular”, desloca o debate para a internacionalização na educação básica e para a formulação de políticas curriculares bilíngues. Ao analisar a experiência de Pomerode, o estudo evidencia a presença de influências locais, nacionais e internacionais na construção de uma política de educação linguística. A valorização da herança cultural e linguística, a preparação para o mundo do trabalho e a busca por qualidade educacional aparecem como sentidos em disputa, mostrando que a política curricular não é simplesmente aplicada, mas reinterpretada no cotidiano escolar levando em consideração os desdobramentos sociais que as práticas de internacionalização constroem na realidade local.

Também no campo da educação básica, Hemily da Silva Oliveira, Jaqueline Nascimento da Silva Reis e Kelly Cristina Nascimento Day, em “Ações de Internacionalização na Educação pública do Estado do Amapá (2018-2025): uma análise dos acordos e Parâmetros Nacionais”, analisam ações de Internacionalização na Educação em um contexto marcado pela dimensão fronteiriça e pela cooperação com instituições francesas. O artigo mostra que o movimento pode ser pensado a partir das especificidades regionais, especialmente quando envolve políticas linguísticas, ensino de francês, formação docente,

acordos bilaterais e alinhamento aos Parâmetros Nacionais para a Internacionalização na Educação Básica. A experiência amapaense evidencia que a internacionalização não ocorre de modo abstrato, mas em territórios concretos, com histórias, fronteiras, línguas e demandas próprias.

Finalmente, no encerramento desse rico percurso de leitura, o artigo de Valéria Campos Muniz, Danielle Cristina Mendes Pereira Ramos e Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros, “Agenda 2030: inclusão e educação bilíngue de/com surdos”, amplia o escopo do dossiê articulando internacionalização, sustentabilidade, cidadania linguística e educação bilíngue de surdos. Ao problematizar o mito do monolingüismo e os efeitos históricos da colonização da linguagem, o texto recoloca a Libras e os sujeitos surdos no centro de uma agenda de justiça linguística. A discussão evidencia que o reconhecimento formal de direitos não basta, pois, é preciso enfrentar as condições materiais, pedagógicas e epistêmicas que ainda limitam a efetivação de uma educação bilíngue crítica, inclusiva e emancipatória.

Lidos em conjunto, os dez artigos que compõem este dossiê constroem um percurso que vai da crítica aos modelos hegemônicos de Internacionalização na Educação à análise de suas formas concretas de realização em instituições, currículos, tecnologias, políticas linguísticas e práticas educativas. Em comum, os textos recusam uma concepção instrumental e meramente processual do movimento e ressaltam a necessidade de compreendê-lo como campo de disputa, no qual se definem quais línguas ganham legitimidade, quais sujeitos participam, quais saberes são reconhecidos e quais projetos de educação se tornam possíveis diante das demandas da contemporaneidade. Ao aproximar Estudos Linguísticos, Internacionalização na Educação, direitos linguísticos e justiça social, o dossiê propõe, assim, uma agenda de pesquisa e intervenção comprometida com a pluralidade epistêmica, com a democratização do conhecimento e com a construção de práticas educacionais mais justas.

Ao reunir textos que interrogam a Internacionalização na Educação a partir de diferentes contextos, línguas e perspectivas teóricas, esta publicação busca ampliar o alcance das reflexões aqui apresentadas e reafirmar a centralidade da diversidade linguística no debate acadêmico contemporâneo. Assim, agradecemos à Revista da ABRALIN pelo acolhimento da proposta, às autoras e aos autores que aceitaram o convite ao diálogo acadêmico aqui proposto, aos pareceristas pela prontidão em avaliar os manuscritos e à equipe editorial pelo acompanhamento cuidadoso ao longo do processo de organização e publicação.

Esperamos que os artigos reunidos favoreçam novos debates e pesquisas sobre as relações entre Estudos Linguísticos, Internacionalização na Educação, direitos linguísticos e justiça social. Mais do que encerrar uma discussão, este dossiê busca abrir caminhos para pensar a internacionalização como campo nos Estudos Linguísticos e como movimento cultural e político e prática social atravessada pela linguagem, por disputas epistêmicas e pela possibilidade de compromissos ético-políticos com formas mais plurais e democráticas de ensino e geração e compartilhamento de saberes.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Ricardo Nascimento. Prefácio. In: SOUZA, Marina Mello de M. F. de; SILVA, Bruno Pinto; SILVA, Kleber Aparecido da (org.). *Direitos das minorias linguísticas: propostas, avanços e desafios*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 7-10, 2025.
- ALBUQUERQUE-COSTA, Heloísa; SOUZA, Marina Mello de Menezes Felix de. A complexidade das ações institucionais desenvolvidas por docentes/pesquisadores para a concretização de uma política de internacionalização. In: ALBUQUERQUE-COSTA, Heloísa; SOUZA, Marina Mello de Menezes Felix de (org.). *Internacionalização no Ensino Superior e formação em línguas estrangeiras: conceitos, abordagens metodológicas e programas de ensino*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 85-100, 2024.
- AMORIM, Gabriel Brito. A internacionalização do Ensino Superior no Brasil: uma proposta de matriz multidimensional de (auto)avaliação. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- CHAGAS, Lucas Araujo. Perspectivas de internacionalização e cenários políticos de professores de idiomas no contexto de uma universidade federal brasileira. 2021. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.
- CHAGAS, Lucas Araujo. A Internacionalização da Educação Superior no contexto brasileiro: os desafios da construção de uma agenda nacional autônoma, decolonial e socialmente implicada. *Revista Vértices*, [S. L.], v. 27, n. 1, p. e27123535, 2025.
- DE WIT, H. Internationalization in Higher Education, a critical review. *Simon Fraser University Educational Review*, v. 12, n. 3, p. 9-17, 2019.
- FRANÇA, Poliana Quintiliano Silvestro; ORTEGA, Déborah Marinho Carvalho; PRADO, Thaissa Moreira. Políticas de Internacionalização na Educação Básica: inserções na formação continuada de professores. *Revista Vértices*, [S. L.], v. 27, n. 1, p. e27123505, 2025.
- GOMES, Rodrigo Belfort; SANTOS, Elaine Maria. Da política ao planejamento linguístico: por uma construção coletiva em prol da internacionalização. In: CHAGAS, Lucas Araujo; COELHO, João Paulo Pereira (Org.). *Estudos Linguísticos e Internacionalização na Educação Superior: transdisciplinaridades, inovações e práxis*. Cassilândia, MS: Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, p. 17-31, 2023.
- GIMENEZ, Telma; COGO, Alessia; CALVO, Luciana Cabrini Simões; EL KADRI, Michele Salles. English Language Hegemonies in the Internationalization of Two State Universities in Brazil: Unintended Consequences of English Medium Instruction. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. v. 24, n. 1, e40232 2024.
- GUIMARÃES, Felipe Furtado. Internacionalização e Multilinguismo: uma proposta de política linguística para universidades federais. 2020. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.
- HAMEL, Rainer Enrique. Droits linguistiques universels et diversité socioculturelle: critères sociolinguistiques. In: MARTEL, Pierre; MAURAIS, Jacques (ed.). *Langues et sociétés en contact: mélanges offerts à Jean-Claude Corbeil*. Tübingen: Niemeyer, p. 435-453, 1994.
- HUDZIK, John. *Comprehensive internationalization: from concept to action*. Washington: Routledge, 2015.
- KNIGHT, Jane. Internationalization remodeled: definitions, rationales, and approaches. *Journal for Studies in International Education*, v. 8, n. 1, p. 5-31, 2004.

LAGARES, Xoán Carlos. *Qual política linguística? Desafios glotopolíticos contemporâneos*. São Paulo: Parábola, p. 15-30, 2018.

SILVA, Jefferson Evaristo do Nascimento. Políticas linguísticas de promoção e internacionalização da língua portuguesa: os planos de ação e as revistas Qualis A. 2020. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SILVA, Nayara Stefanie Mandarin. O curso de especialização da Rede IsF para professores(as) de inglês e a Internacionalização do Ensino Superior no Brasil. *Dissertação* (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2024.

PEREIRA, Lauro Sérgio Machado. Formação continuada de professores de inglês e internacionalização da educação: uma pesquisa-ação colaborativo-crítica. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

ROCHA, Cláudia. Hisdorf; MACIEL, Ruberval Franco. Prática local e Internacionalização do Ensino Superior. In: MACIEL, Ruberval Franco et al. (Orgs.). *Linguística Aplicada para além das fronteiras*. Campinas-SP: Pontes Editores, p. 128-140, 2018.

ROSA, Tamara Angélica Brudna; SILVA, Kléber Aparecido da; KURTZ, Fabiana Diniz. Políticas linguísticas e de internacionalização à luz do legado de Paulo Freire: os inéditos-viáveis no/do/para o Sul Global. *Contexto & Educação*, v. 40, p. e17389-5, 2025.

SANTOS, Elaine Maria; CHAGAS, Lucas Araujo; ALBUQUERQUE-COSTA, Heloísa Brito de; MORAES-FILHO, Waldenor Barros. Da convivência à elaboração teórica: propostas conceituais de língua(s), política(s) linguística(s) e política(s) de internacionalização na visão do grupo de pesquisa sobre Políticas Linguísticas e de Internacionalização da Educação Superior (GPLIES). *Revista Leitura*, [S. l.], v. 1, n. 83, p. 107-127, 2024.

SOUZA, Marina Mello de M. F. de; SILVA, Bruno Pinto; SILVA, Kleber Aparecido da (org.). *Direitos das minorias linguísticas: propostas, avanços e desafios*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, p. 41-72, 2025.

SPOLSKY, Bernard. Para uma Teoria de Políticas Linguísticas. *ReVEL*, vol. 14, n. 26, 2016.